

5º Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

Tema: Mais Democracia, Mais Igualdade, Mais Conquistas para Todas

CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS



As **Conferências Municipais da 5ª CEPM** têm caráter **mobilizador, propositivo e eletivo** e devem acontecer até o dia **28 de julho de 2025**, preferencialmente convocadas pelo **Poder Executivo Municipal**.

A convocação pelo poder público deve ser feita por **decreto**, bem como a publicação da **Portaria de formalização da Comissão Organizadora Municipal**.

A Comissão Organizadora Municipal fará a elaboração de um regimento interno, definição da programação e estrutura de realização.

Caso o Poder Executivo não tenha convocado até o presente momento, outras entidades podem fazê-lo, sendo válido a primeira convocação:

Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres;

Legislativo Municipal;

Sociedade Civil Organizada — desde que ao menos **três organizações feministas ou associação com atuação relevante na pauta das mulheres**, constituída há mais de dois anos (Edital de Convocação e Ampla Divulgação) e posterior envio das informações à Comissão Organizadora Estadual.

CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS

É **OBRIGATÓRIO** o envio das informações referentes à convocação da Conferência Municipal à Comissão Organizadora Estadual, incluindo, necessariamente, a cópia do ato normativo de convocação, a Portaria de nomeação da Comissão Organizadora Municipal e os dados de contato da referida Comissão, para o endereço eletrônico:

5.cepm@spmba.ba.gov.br

Salientamos que esta etapa é **obrigatória** e fundamental para validade da Conferência Municipal enquanto etapa preparatória para as Conferências Territoriais e para a 5ª CEPM.

Ressaltamos que, conforme estabelecido nos Regimentos Internos da Conferência Estadual e da Conferência Nacional, é obrigatória a realização do cadastro da Conferência Municipal na Plataforma Brasil Participativo, por meio do seguinte link:

 <https://y17r2tjbgvs.typeform.com/to/XAZFe46A?typeform-source=brasilparticipativo.presidencia.gov.br>

[https://y17r2tjbgvs.typeform.com/to/XAZFe46A?typeform-](https://y17r2tjbgvs.typeform.com/to/XAZFe46A?typeform-source=brasilparticipativo.presidencia.gov.br)

Quantitativo de Participantes na Conferência Municipal	Nº de Delegadas para a Conferência Territorial
Mínimo de 30	3 delegadas
Entre 31 e 50	5 delegadas
Entre 51 e 80	8 delegadas
Entre 81 e 100	10 delegadas
Entre 101 a 130	13 delegadas
Entre 131 a 150	15 delegadas
Entre 151 a 200	20 delegadas
Entre 201 a 300	30 delegadas
Acima de 300	35 delegadas

PARTICIPAÇÃO GARANTIDA NA 5ª CEPM: QUEM TEM ESPAÇO ASSEGURADO?

**Na Etapa Territorial e Estadual, têm assento garantido:
Representações Municipais:**

- 1 representante do Organismo Municipal de Políticas para as Mulheres (secretária, diretora ou coordenadora);
- 1 representante do Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres (se existir);
- Até 4 integrantes da Comissão Organizadora Municipal.

Representações Territoriais:

- Até 4 membros da Equipe Territorial de Mulheres, vinculada ao CODETER.

Na Etapa Estadual, também são delegadas natas:

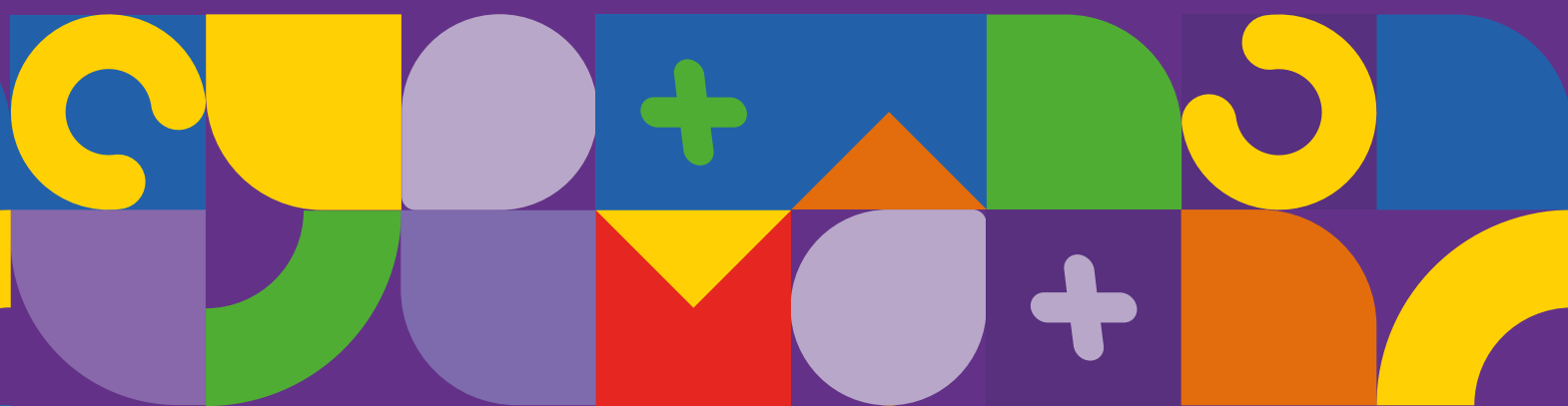
- Membros da Comissão Organizadora Estadual da 5ª CEPM;
- Titulares e suplentes do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CDDM);
- Membros do Comitê Permanente Interinstitucional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e Prevenção ao Feminicídio, conforme Decreto Estadual nº 22.933/2024;
- Até 25 representantes indicadas pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM).

Na Etapa Nacional (5ª CNPM), serão indicadas ou eleitas:

- Secretária de Políticas para as Mulheres da Bahia;
- Até 24 representantes da SPM e do Governo Estadual (por portaria);
- Até 38 representantes dos Governos Municipais;
- Até 95 delegadas da sociedade civil, eleitas nas conferências territoriais.

PASSOS PARA ORGANIZAR UMA CONFERÊNCIA

1. Publicar ato de convocação
2. Montar comissão organizadora
3. Divulgar e mobilizar
4. Garantir acessibilidade e estrutura
5. Realizar conferência, registrar ata e eleger delegadas
6. Enviar relatório à SPM e à Plataforma Brasil Participativo



EIXOS TEMÁTICOS

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA PARITÁRIA E FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA

Esse eixo aborda a urgência de garantir que mulheres — especialmente negras, indígenas, quilombolas, LBTs+, periféricas e com deficiência — estejam representadas nos espaços de poder e decisão, rompendo com a estrutura patriarcal e racista que historicamente as exclui da política institucional.

Debates esperados:

- Sub-representação de mulheres negras nos espaços de poder e tomada de decisão;
- Financiamento público e partidário com recorte de raça e gênero;
- Mecanismos de prevenção e enfrentamento à violência política de gênero e raça;
- Democracia como prática plural, inclusiva e anticolonial.

ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO

Esse eixo propõe debater as múltiplas formas de violência que atingem as mulheres de maneira multifacetada — física, psicológica, sexual, institucional, cibernética, política, obstétrica etc. É fundamental reconhecer que **mulheres negras, trans, indígenas e com deficiência sofrem formas específicas e agravadas de violência.**

Debates esperados:

- Efetivação da Lei Maria da Penha com recorte racial e territorial;
- Políticas de prevenção e proteção às mulheres;
- Acesso à justiça e enfrentamento a violência institucional;
- Violência política de gênero e raça



AUTONOMIA ECONÔMICA E MUNDO DO TRABALHO

Este eixo trata da desigualdade econômica vivida pelas mulheres, agravada pela divisão sexual do trabalho que hierarquiza e atribui valores diferentes ao trabalho desempenhado por homens e mulheres, que gera uma sobrecarga maior às mulheres devido às duplas/triplas jornadas.

Debates esperados:

- Acesso à renda, trabalho digno e à economia solidária;
- Inclusão produtiva das mulheres, especialmente das mulheres rurais, negras, indígenas e quilombolas;
- Distribuição de tarefas de cuidado com políticas públicas (creches, licenças, jornadas flexíveis);
- Enfrentamento ao Machismo e Assédio no mercado de trabalho.

SAÚDE INTEGRAL, DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Esse eixo defende a autonomia sobre o corpo, o acesso à saúde de qualidade e a garantia de direitos sexuais e reprodutivos e reafirma o direito das mulheres em viver uma vida sem violência.

Debates esperados:

- Acesso ao pré-natal, parto humanizado e contraceptivos;
- Garantia dos serviços de abortamento legal;
- Enfrentamento às violências institucionais nos serviços de saúde;
- Promoção da saúde mental para Mulheres;
- Acesso a saúde e tratamentos;

EDUCAÇÃO NÃO-SEXISTA E CULTURA IGUALITÁRIA

Esse eixo afirma a educação como uma ferramenta estratégica para desconstrução das opressões de gênero, raça e sexualidade.

Debates esperados:

- Currículos escolares que incluam a história das mulheres na história do Brasil e da Bahia;
- Projetos de prevenção à violência nos espaços escolares e universitários;
- Campanhas de prevenção à violência baseada em gênero;
- Formação docente para igualdade de gênero;
- Enfrentamento à censura e à ideologia de gênero;
- Valorização das expressões culturais das mulheres negras, indígenas, periféricas e LBTs+;

DIREITO AO TERRITÓRIO E SUSTENTABILIDADE

Este eixo reconhece que a luta por justiça climática, moradia digna e soberania alimentar passa pelas mãos das mulheres, especialmente **rurais, quilombolas, indígenas, ribeirinhas e periféricas**.

Debates esperados:

- Defesa dos modos de vida tradicionais e territórios ancestrais;
- Direito à terra e enfrentamento aos conflitos fundiários;
- Justiça Ambiental e de Gênero;
- Justiça Reprodutiva e Mudanças Climáticas;
- Políticas urbanas que considerem as mulheres nos projetos de mobilidade, moradia e saneamento básico.

OBRIGADA!